

MEMÓRIA, TEMPORALIDADE E ILUSÃO BIBLIOGRÁFICA¹

VERA LÚCIA ALVES MENDES PAGANINI²

RESUMO: Este ensaio tem o objetivo de discutir alguns aspectos da história pelo viés da memória e da biografia, tomando por base textos de Pierre Bourdieu (1998), Aleida Assmann (2011) e Peter Burke (1992). O ponto básico da discussão é compreender as contribuições que estes teóricos trazem sobre a escrita da história ao longo do tempo. Nesse sentido, procura perceber as mudanças nas abordagens conservadora, tradicional e moderna (historiográfica) em que os autores colocam os aspectos que são valorizados em cada situação. A discussão procura salientar como o trabalho do historiador vai se modificando e se tornando cada vez mais difícil por ter como produto final o texto, que sofre as transformações impostas pelas modernidades. Para isso, mostra como as manifestações orais, as experiências pessoais e coletivas, o tempo subjetivo e a memória podem ser componentes importantes de se fazer história, embora por si sós, não possam ser considerados como a história de um povo.

PALAVRAS-CHAVE: História. Memória. Biografia. Temporalidade

Sobre a história e suas formas de registro

O trabalho do historiador é perpassado pelas questões da memória e do tempo em suas dimensões sociais. Falo nas dimensões sociais porque, segundo Bakhtin (2003), na verdade o monólogo é uma ilusão. Mesmo quando o sujeito se encontra sozinho, o pensamento formulado (seja frente ao espelho ou não) será apenas mais um elo da corrente que já foi composta antes mesmo de ele ter nascido. O pensamento, que é o exercício da linguagem, é interativo. Quando Aristóteles afirmou que o homem é um ser social, estava, com certeza, falando justamente disso. Da nossa incapacidade de viver fora do grupo. Portanto, neste ensaio, o homem/historiador será tratado na sua dimensão social. Partindo das discussões sobre as dinâmicas e paradoxos das relações entre memória e história, bem como das múltiplas temporalidades históricas enquanto construções sociais, este texto aborda algumas

¹ Ensaio produzido como requisito final para avaliação na disciplina Memória e Temporalidades no programa de pós-graduação de História da UFG

² Acadêmica do Doutorado em Educação da Faculdade de Educação da UFG – vinculada ao CMV (Centro Memória Viva) CAPES – Faculdade de Educação – Goiânia – Goiás

possibilidades expressas por teóricos do século XX pertinentes ao trabalho com a memória e a temporalidade no estudo da história. Discorre sobre o ponto de vista de Pierre Bourdieu no texto *A ilusão biográfica (Usos e abusos da história oral, 1998)*; de Aleida Assmann no texto *Memória funcional e memória cumulativa – dois modos de recordação (Espaços de recordação. Formas e transformações da memória cultural, 2011)*; e no texto de Peter Burke *A história como memória social (O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica, 1992)* sobre o registro histórico e o uso da memória e da biografia como componentes da história dita oficial.

Para nortear a discussão, serão consideradas algumas categorias de análise e observados os seus conceitos de forma mais geral, quais sejam, temporalidade e memória, tempo e história. Não serão analisados todos os significados dessas categorias nem aprofundados conceitos específicos. Temporalidade e memória são categorias que não se separam e que comportam diversos significados. Conforme o dicionário da língua portuguesa, temporalidade é o estado ou condição do que não é efetivo, do que não é perpétuo.

O tempo é uma categoria estruturante do que conhecemos por história. Ele pode ser objetivo, mensurável, aquele que pode ser demarcado, ou pode ser subjetivo, isto é, ligado ao nosso universo interior, regido pelo ritmo das nossas sensações ou impressões pessoais, o que faz dele um tempo qualitativo, portanto difícil de se medir. Não mensurável, eu diria, porque um tempo subjetivo pode variar de pessoa para pessoa. Medir, determinar, indicar a qualidade e características do tempo é o trabalho mais perseguido pelo historiador. Isto é, indicar a temporalidade dos acontecimentos.

Memória é a faculdade de conservar ou readquirir ideias ou imagens; é lembrança, reminiscência. A memória parte das vivências do sujeito e não é algo homogêneo, compacto; ao contrário, mostra-se algo fluido, plural, movediço, em se tratando da coletividade algo correspondente a grupos sociais, que ao vivenciarem situações, têm uma recordação parecida por terem aspectos em comum, por pertencerem a um grupo, por exemplo. O tempo e a memória são constituintes e também necessários para o entendimento das contradições da sociedade, bem como, tratando-se da memória, a visão de determinados grupos e seu modo de preservar a história em si.

A história, ao longo da existência da humanidade, tem muitas formas de se registrar e de ser contada pela própria humanidade. Um dos recursos de que se lança mão é a divisão das temporalidades e os seus recortes cronotópicos. A maneira como o registro acontece configura uma das grandes questões que se colocam aqui. Levando em conta que ele é feito pela palavra e que esta palavra é emitida, da mesma forma que pelo historiador, também pelo narrador e pelo romancista, definir o que se pode considerar história e o que é apenas uma narrativa de ficção, acaba transformando-se num grande dilema.

Nossas reflexões debruçar-se-ão sobre os autores já citados no intuito de compreender, pelo seu pensamento, alguns aspectos desse dilema que é a arte de fazer história, especialmente a escrita. Começando pelo que menciona Bourdieu:

A invenção de um novo modo de expressão literária faz surgir a *contrario* o arbitrário da representação tradicional do discurso romanesco como história coerente e totalizante, e também da filosofia da existência que essa convenção retórica implica. Nada nos obriga a adotar a filosofia da existência que, para alguns dos seus iniciadores, é indissociável dessa revolução retórica; mas, em todo caso, não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade. (BOURDIEU, 1998 p. 185)

O autor discute como a narrativa de hoje pode ser demonstrada, exemplificada, pelo romance, de modo fragmentado. Talvez seja uma forma eficiente de se definir o romance e de separá-lo do campo do texto histórico. O nosso problema hoje é indicar como a memória pode ser demonstrada nas nossas vidas múltiplas para criar uma identidade narrativa, não assumindo a mesma forma fragmentada. A ilusão biográfica não deixa de fazer esse papel, criando uma identidade narrativa. As vivências coletivas só podem se dar por analogia. “Não há diálogo com o autor, que não está no texto; no texto não se encontra ninguém, não se dá voz a ninguém, não existe um só eu porque somos formas de expressão coletiva” (SANDES, 2015). Nós nascemos de/em um mundo estruturado. Bourdieu faz um esboço de autoanálise mostrando que a sobreposição das imagens e dos acontecimentos é que criam a ilusão biográfica.

Conforme Bourdieu, a biografia adentra o campo das ciências sociais. Ele questiona a construção da biografia e mostra que a única coisa imutável ao longo da vida do indivíduo é o nome próprio: “Assim, o nome próprio é o suporte [...] daquilo que chamamos *estado civil*, isto é, desse conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade etc) ligadas a pessoas às quais a lei civil associa efeitos jurídicos e que instituem, sob a aparência de contatá-las, as certidões de estado civil.” (1998, p.188) Um indivíduo se faz ao longo da vida por várias fragmentações. Ao escrever uma biografia, o autor estabelece um pacto com o leitor, tudo leva a crer que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação que se faz de si. Nesse sentido, entre autor e leitor, estabelecem-se protocolos de leitura, delimitações do gênero, intimidade construída. Ninguém se torna íntimo do autor, o texto também estabelece diálogo.

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico; isso, inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. (BOURDIEU, 1998, p.183)

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.

Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado (observando pelo menos certo número de estados pertinentes) ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço das possíveis ações comuns.

Bourdieu, quando analisa a escrita de biografia, mostra-nos, então, que o relato de vida tende a aproximar-se do modelo oficial da apresentação de si, isto é, da construção civil do indivíduo como a biografia oficial, bem como da filosofia da identidade que o sustenta. As leis que regem a produção dos discursos na relação entre um modo de viver e um mercado, aplicam-se a essa forma particular de expressão que é o discurso sobre si. O modo de relatar a vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do lugar em que o sujeito está inserido. A própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso. Mas o objeto desse discurso, isto é, a apresentação pública e a oficialização de uma representação privada de sua própria vida, pública ou privada, implica um aumento de coações e de censuras específicas.

Na visão de Bourdieu, as leis da biografia oficial colocam-se além das situações oficiais, por meio dos pressupostos inconscientes da interrogação e também através da situação de investigação, que poderá variar desde o interrogatório oficial que é a investigação sociológica até a confidência; também pela representação mais ou menos consciente que o investigado fará da situação de investigação, em função de sua experiência direta ou mediata de situações equivalentes, o que orientará todo o seu esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si.

As escolhas dos fatos que irão compor uma biografia se definem como registros e deslocamentos nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição nas diferentes formas de desenrolar que estão em jogo. Não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou. Logo, é imprescindível perceber o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com os mesmos espaços possíveis. Enfim, todas as evocações partem de um lugar e cumprem um objetivo previamente estabelecido pelo seu produtor. Sendo assim, o texto biográfico, pensado por Bourdieu, esbarra nas subjetividades e não configura por si só, um texto histórico. Pode sim ser um registro que contribua com elementos da memória para a escrita da história oficial.

Aleida Assmann, no texto acima citado, trata de dois tipos de memória que formam componentes da história dos povos de cultura escrita: a memória cumulativa e a memória funcional; destas duas formações depende, em grande medida, o futuro da cultura; ela afirma que as duas formações devem coexistir em qualquer circunstância, mesmo sob as condições proporcionadas pelas novas mídias que, ao longo do tempo, tornam-se cada vez mais avançadas.

A autora explica que a memória cumulativa e a memória funcional se organizam nos espaços de recordação que formam a história e estão circunscritas na memória cultural. Comenta obras de alguns teóricos que se ocupam dos temas memória, recordação e esquecimento, mostrando o acontecimento como uma situação engendrada no passado, que influencia o presente. As experiências passadas são matizes de percepções da realidade exterior e das percepções interiores. A história, mesmo sendo registro do passado, sempre tem algo a nos dizer; traz em si os registros da nossa memória cultural.

Memória cultural: é um tipo de memória que sobrevive ao tempo, transcende ao indivíduo. A memória cultural é constituída por heranças simbólicas materializadas em textos, ritos, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros suportes que funcionam como gatilhos para acionar significados associados ao que passou. Os usos que se faz da memória nas experiências individuais podem compor a memória coletiva; as localidades espaciais tornam-se locais de memória que podem ser armazenadas, repassadas e reincorporadas ao longo das gerações; uma esfera onde as pessoas se comunicam.

O culto à memória dos mortos, por exemplo, faz parte da memória cultural. Este vai se modificando através dos séculos. Até o século XVIII, as famílias ocidentais, preocupadas em garantir a salvação da alma de seus entes queridos, traziam-nos, na forma de culto, para a participação na vida doméstica; após este período, com o advento da modernidade e graças à mudança do sistema jurídico, o direito dos mortos foi sendo suprimido.

Assmann segue analisando esses dois modos da recordação: a memória funcional e a memória cumulativa. A primeira assegura a identidade do grupo, é seletiva, liga passado presente e futuro e está vinculada a um portador (grupo, instituição ou indivíduo). A memória histórica, ou cumulativa, separa completamente passado, presente e futuro, não depende de

um portador específico e não é seletiva: tudo é igualmente importante. A autora associa a memória funcional à memória coletiva e a chama de memória habitada; já a memória cumulativa equivale à memória histórica, chamada inabitada. A memória funcional pode ser alterada, sendo igualmente utilizada de diversas formas. Nesse sentido, destaca três usos: a legitimação e a deslegitimação - quando a alteração da memória, sua confirmação ou anulação servem a propósitos políticos -, e a distinção, que compreende os meios alegóricos de expressão que compõem a identidade coletiva.

A memória cumulativa é um reservatório para todas as memórias funcionais. Ela não é natural e necessita de apoio de instituições para preservá-la, como arquivos, museus ou bibliotecas. A autora questiona a rígida separação entre os dois tipos de memória, já que, segundo acredita, ambos se complementam. Sobre esta questão atual no campo de memória e história, Assmann se posiciona da seguinte forma: “[...] a dimensão memorial e a dimensão científica da historiografia não se excluem, mas ligam-se uma à outra de maneira complexa”(2011, p.158), sugerindo que se utilizássemos as duas correntes, poderíamos reorientar o projeto de escrita da história.

A recordação serve-se de estabilizadores para preservar a memória, estes podem ser externos, como a escrita, ou internos, como mecanismos da própria memória que não nos deixam esquecer. A língua materna é um exemplo do mais importante dos estabilizadores internos, já que é mais provável lembrar o que foi verbalizado em nossa língua nativa. Outro exemplo pode ser o afeto, como confirmado pela psicologia cognitiva; o envolvimento emocional amplia a conservação da recordação. O símbolo é visto aqui como a transformação de um fato histórico, ou personalidade, de acordo com sua relevância posterior na nossa vida e na sociedade, e que, por isso mesmo, nunca será lembrado exatamente da forma como aconteceu, mas isso não o torna menos confiável.

O eixo de sua argumentação consiste em demonstrar que não há uma essência da memória. Não apenas os indivíduos lembram-se das coisas, como também os grupos e as mais diversas coletividades. Ou seja, os modos de recordar são definidos culturalmente, variam ao longo do tempo e segundo a formação cultural em que são formulados. Desse modo, se há o desaparecimento da memória, isso é verdade apenas na medida em que há o descrédito de

algumas formas de recordar. Assmann faz a retomada da memória oficial para mostrar como pode ser ineficiente a escrita da história; mostra, assim, que os modos de recordar diferem, mas não se apagam. Os modos de recordação não estão só nas mãos dos especialistas. Então, qual seria o papel da escrita? Construção e reconstrução da memória cumulativa.

A autora termina a discussão com as seguintes considerações:

Em resumo: “história” [...] é o produto de um processo cultural de diferenciação. Desenvolveu-se por meio da emancipação da “memória” (no sentido da “tradição normativa”). Essa diferenciação na “economia doméstica do saber da sociedade” [...] não leva necessariamente, como se temia à dissolução [...] das memórias vivas de grupos específicos. Ao passo que o caráter excludente dos dois modos de memória revela lá e cá potenciais bastante problemáticos, por privar a historiografia de seu valor e atribuir à memória um caráter mítico, há no imbricamento de ambos um corretivo proveitoso. Pois uma memória cumulativa desvinculada da memória funcional decai à condição de fantasmagoria, e uma memória funcional desvinculada da memória cumulativa recai à condição de uma massa de informações sem significado. (2011, p. 155)

Assmann quer dizer que não há ingenuidade no rememorar. Há sempre interesses políticos e sociais envolvidos. Afora questões de ser produto do processo cultural, as duas formas de memória aqui tratadas são envolvidas por importantes questões teóricas e outras como atestar a veracidade de um testemunho ou decidir o que deve ser conservado ou não, dar o devido valor a cada uma e perceber a sua interdependência. A autora afirma que o melhor é acreditar num meio termo, sem crenças absolutas, representado pela possibilidade de confiar tanto na história como na memória como testemunho, para juntos construir um sentido mais próximo da realidade.

Também discutindo a produção e os usos da memória, como recurso da história, Peter Burke, no texto A história como memória social, aborda algumas formas como os historiadores europeus e diversos outros intelectuais entre século XV o final do século XVIII tratam a relação entre a memória e a história escrita, em que a memória reflete aquilo que realmente aconteceu e a história reflete a memória. O que mostra que tanto a história quanto a memória, ao longo do tempo, passaram a ser encaradas de forma cada vez mais problemática.

A explicação tradicional, na qual a memória reflete o que aconteceu de verdade e a história espelha a memória, nos parece simplista na contemporaneidade. A história e a memória começaram a se revelar cada vez mais complexas. Lembrar o passado e escrever sobre ele não se apresenta como as atividades inocentes que julgávamos (ou pelo menos eu julgava) até bem pouco tempo atrás. Tanto as histórias quanto as memórias não se apresentam assim tão objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos como a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

Sobre essa visão tradicional da relação entre a história e a memória, ele afirma que é relativamente simples. “A função do historiador é ser um ‘lembrador’, um guardião da memória dos acontecimentos públicos, postos por escrito em benefício dos seus atores, para lhes dar fama, e também para benefício da posteridade que poderá, assim, aprender com seu exemplo” (BURKE, 1992 p.235) . É preciso cobrir a história da biografia com um repertório teórico com dimensão de escrita que convença o leitor. A história oral deve cobrir-se de um repertório de fontes. Os vestígios devem ser usados para reconstruir o acontecimento e nos ligar ao passado. Para comprovação da história oral, buscaram-se os vestígios documentais.

Ainda assim, conforme Peter Burke, os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória considerando dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico. Sob o primeiro aspecto, além de estudarem a memória com fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica da reminiscência, nos moldes da operação de análise dos documentos históricos. Na verdade, essa tarefa começou a ser cumprida em parte nos anos 1960, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a relevância da história oral.

A memória se registra por um processo de montagem. Toda montagem tem o seu eixo definidor que parte do indivíduo. É um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Pode ser uma forma de (re)construção da identidade individual, ou uma forma coletiva (comunidades interpretativas) de se fazer história. Segundo Burke, Halbwachs tratou a memória como um produto de grupos sociais, isto é, a história oral

das comunidades. Por isso a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objetivo de poder.

São as sociedades cuja memória social é, sobretudo, oral ou está em vias de constituir uma memória coletiva escrita, que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. Segundo Burke, a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. A memória coletiva foi posta em jogo de modo importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. Essa manipulação vem determinando os grupos dominantes nas sociedades ocidentais, especialmente com o advento da burguesia. E ainda não houve modificações relevantes a respeito dessa forma de se constituir as sociedades capitalistas.

A transmissão da memória social estabelece a dimensão das relações. Os esquemas de percepção podem aparecer em forma de arquétipos, fragmentos, resquícios.

No entanto, os exemplos dados são talvez suficientes para sugerir algumas das características do processo através do qual o passado recordado se transforma em mito. Utilizo, incidentalmente, o termo escorregadio 'mito', não no sentido positivista da 'história imprecisa', mas no sentido mais rico e mais positivo de história com significado simbólico, composta a partir de incidentes estereotipados e envolvendo personagens caracterizadas de forma exagerada em relação à realidade, quer se trate de heróis quer dos seus opositores. (1992, p.243)

Com esse significado de mito, recordações são afetadas pela organização social da transmissão e pelos diferentes meios utilizados, como por exemplo: as tradições orais discutidas do ponto de vista do historiador; o território tradicional do historiador; as imagens, pictóricas ou fotográficas, paradas ou em movimento; as ações, que transmitem recordações como transmitem práticas, de mestre a aprendiz; e o espaço se revela um dos componentes mais importantes da recordação. Isso mostra a importância da recordação para os projetos de construção da identidade.

No que tange ao aspecto que o autor denomina “história social do lembrar”, partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). Trata-se de uma espécie de ponte que se conecta, articulada e relacionada a elementos temporais, espaciais, identitários como também históricos. Deve-se salientar ainda que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade. Elas não são meros registros fotográficos dispostos num álbum mental. Por outro lado, diferentemente do que se pensa a partir do senso comum e até das perspectivas de alguns teóricos, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada (o que realmente foi).

Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores. As lembranças e reminiscências da memória coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, transforma-as em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser o seu objeto de estudo.

Para Burke, a memória tanto é fonte histórica, através da qual o historiador analisa a confiabilidade do que é lembrado (pelo cruzamento com outras fontes e da contribuição particular da história oral), como também pode despertar o seu interesse como fenômeno histórico, ou seja, uma “história social do lembrar” como objeto, identificando e analisando a variação dos princípios de seleção no tempo e no espaço e suas correias de transmissão. A história se alimenta da memória e, evidentemente, pode tomá-la como objeto, matéria-prima ou ponto de partida. Entretanto não se pode construir conhecimento exclusivamente a partir dela, pois, nesse caso, corre-se o risco de não avaliar corretamente o grau de parcialidade, subjetividade, superficialidade e deformação que pode conter. Uma análise assim pode

comprometer o trabalho dentro da perspectiva do que sejam os parâmetros aceitáveis na produção de conhecimento histórico.

Enfim, podemos dizer que a memória produz a revisão das próprias lembranças, fazendo uma espécie de depuração do que pode ser compreendido como útil ou não. Por isso, a matéria-prima memória presta um grande serviço à história sempre e quando esta se debruça sobre aquela com o rigor metodológico adequado.

À guisa de considerações finais

Considerando que a minha área de formação é no campo das Letras, e, especialmente, procurando me despir ao máximo do texto literário e das observações que podem ser feitas a respeito de narrativas de ficção, a intenção do trabalho foi realmente me ater ao conteúdo dos textos lidos e fazer um ensaio em que apenas teço comentários a respeito do que está posto.

Sobre a biografia, fica evidente que Bourdieu questiona a fidelidade do acontecimento e do registro, mostrando que a vida vivida não é a vida narrada. O biógrafo, especialmente quando se trata da autobiografia, sempre irá escolher dentre o que viveu, aquilo que vê como relevante e aceito socialmente para registrar. O que não torna o registro menos importante, mas com certeza, não confiável para ser considerado histórico. Entretanto o escrito não destoa do seu tempo-lugar porque só conseguimos falar do que sabemos e o nosso saber, como descreveu Bakhtin, é cronotópico. Mesmo a rememoração está vinculada a questões histórico-psicossociais.

E sobre o tratamento da memória como componente histórico da nossa sociedade, Assmann e Burke deixam claro que mesmo não sendo a história, a memória é o seu eixo. Os registros só podem ser feitos depois do acontecimento. Contar o acontecido, em última análise, é sempre rememorar. Qualquer coisa fora disso são considerações e previsões. De considerações e de previsões a história não pode viver, uma vez que o seu caráter é oficial e documental. Nesse sentido a memória aparece como um grande contribuidor.

Considerando o que foi apresentado pelos autores, as relações com outros textos e as discussões em sala de aula com os professores Marlon Salomon e Noé Sandes, ousa afirmar que o estudo de história hoje não pode desconsiderar a valorização e a problematização das

diversas formas de manifestações do homem. As memórias e temporalidades, vistas pelas atuais abordagens da história, exploram os novos e velhos temas do ponto de vista de diferentes sujeitos e numa dinâmica relação entre ângulos e perspectivas distintas. O estudo de história deve favorecer o sentido de pertencimento a uma comunidade e aos sujeitos que a habitam em razão de sua cultura e história; mas esse pertencimento precisa estar aberto a outras solidariedades sociais que não apenas a do lugar onde o indivíduo está inserido; deve oferecer instrumentos intelectuais que favoreçam a capacidade de leitura crítica e análise da realidade social na problematização das informações, nos registros de textos que tratam das memórias e temporalidades fundantes nas relações sociopolíticas.

Vista assim, esta forma de conhecimento não deixa de ser utópica na medida em que pretende tornar-nos melhores como pessoas, recordando o passado para modificarmos o presente de modo a assegurar um futuro melhor para toda a sociedade. Mas, sendo utópica, não pode deixar de ser um objetivo perseguido sempre por quem trabalha para viver em uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS:

ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação*. Formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011, p. 143-158.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 182-191.

BURKE, Peter A. A história como memória social. In_. *O mundo como teatro*. Estudos de antropologia histórica. Lisboa: Difel, 1992, p. 235-251.

GARCIA, Bruno e JUSTEN, Janine. A nova história, seu passado e seu futuro. *Artigos de Etnohistória*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/conceitos-historiograficos/70316/#ixzz410l8VqKW>. Publicado em 01/03/2014

SANDES, Noé Freire. *Sobre A ilusão biográfica de Bourdieu*. Palestra na aula do dia 17/09/2015